

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2016

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS METAS FISCAIS E PROJEÇÕES DE RECEITAS E DESPESAS

1 – Introdução

Estas considerações, relativas aos procedimentos para a definição das metas fiscais para o triênio 2016 a 2018, têm por objetivo permitir uma contextualização sumária sobre a metodologia, parâmetros e diretrizes utilizadas para se alcançar a fixação das metas de resultado primário e nominal, exigidos pela Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, as quais deverão servir de base para a confecção da Lei Orçamentária Anual - LOA referente ao exercício de 2016.

As metas fiscais estabelecidas para o Distrito Federal, no período 2016 a 2018, têm por base os parâmetros econômicos, tendo por objetivo criar condições de financiamento para viabilizar o equilíbrio fiscal, a fim de permitir a retomada dos investimentos em infraestrutura no Distrito Federal.

A construção dos valores, possíveis de captação, e que compuseram o rol das receitas utilizadas para definição das **metas fiscais** do período de 2016 a 2018 é realizada de modo a permitir a concretização da base tributária distrital, a ampliação do ingresso dos recursos de outras fontes, de forma a possibilitar o financiamento, prioritariamente, das despesas obrigatórias de caráter continuado e àquelas constitucionais ou legais, além de viabilizar o desenvolvimento de ações governamentais dos programas e projetos estratégicos da administração.

Considerando o enfoque da arrecadação, os valores estimados na LDO, relativamente aos orçamentos fiscal e da seguridade social, levam em consideração a expectativa da taxa de crescimento das atividades econômicas no Distrito Federal, bem como o uso eficiente da máquina fiscalizadora e arrecadadora distrital, visando à obtenção de melhores índices de arrecadação, a partir do combate a sonegação fiscal.

Os investimentos previstos nesta LDO estão compatíveis com a capacidade de financiamento do Governo do Distrito Federal, haja vista a confortável situação do comprometimento da Dívida Consolidada e Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida. Neste sentido, é importante esclarecer a necessidade de se fixar as metas fiscais com foco na captação de recursos no mercado financeiros, mesmo que a meta fiscal seja definida em patamares negativos.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a conjuntura econômica atual insta a ação do governo no sentido de envidar esforços na consecução de recursos externos para viabilizar, sobretudo, a execução de obras voltadas para a infraestrutura, saneamento e mobilidade urbana.

2 – Do Anexo de Metas Fiscais

O Anexo de Metas Fiscais, segundo o disposto no art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, é composto pelos seguintes demonstrativos:

- Metas Anuais;
- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

- Evolução do Patrimônio Líquido;
- Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime de Previdência do Servidor Público;
- Projeção da Renúncia da Receita, com a compensação pelos seus valores brutos, na inicial do Orçamento; e
- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Além desses demonstrativos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é composta, também, pelo Anexo de Metas e Prioridades, que relaciona ações que obrigatoriamente deverão constar do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA e ter sua dotação, prioritariamente, alocada. Além disso, a exigência inclui a confecção do Anexo de Riscos Fiscais, que tem por finalidade trazer ao público as possibilidades de acontecimentos imprevisíveis, tanto no quesito receitas, com possível frustração na arrecadação que possa comprometer a execução financeira do exercício, quanto, também, em relação a passivos contingentes relacionados às sentenças judiciais e outros.

Os demonstrativos que compõem o Anexo de Metas Fiscais são importantes e fundamentais para a avaliação do comportamento e, conseqüentemente, do cumprimento das metas fiscais pré-estabelecidas para o exercício em referência, pois além de permitir a comparação de sua realização efetiva com a sua fixação nos exercícios passados, possibilitam uma melhor análise sobre o Planejamento e a execução, no curto e médio prazos, em termos financeiros, envolvendo receitas, despesas, resultado primário, nominal e o estoque da dívida pública.

3 – Metodologia de Estimativa das Metas Fiscais

3.1 Projeção das Receitas

As hipóteses básicas utilizadas para a elaboração da projeção das receitas fiscais para o período de 2016 – 2018 consistem em:

a) Base de Cálculo

As projeções de receitas tributárias para o período de 2016 – 2018 foram elaboradas com base em comportamentos decorrentes de acompanhamento específicos de impostos e taxas, verificados nos exercícios anteriores, corrigidos ora pelo INPC, ora pelo IGP-DI, de acordo com a espécie do Tributo, conforme documentação encaminhada pela Subsecretaria da Receita da Secretaria de Fazenda – SUREC/SEF, com subsídios fornecidos pela ADASA e AGEFIS, relativamente a receitas de poder de polícia administradas pelas mesmas.

No que tange às demais receitas do Tesouro e de Outras Fontes, considerou-se a correção sobre os valores previstos para o exercício de 2015 (Lei Orçamentária + créditos, base abril), utilizando os índices de inflação (IPCA) e da variação do crescimento real do PIB Nacional. Excluem-se dessa premissa as receitas abaixo relacionadas, cujas projeções foram elaboradas pelos órgãos mencionados, seguindo legislação específica e/ou diferentes modelagens estatísticas:

- 1.) Os valores das Operações de Crédito, de Juros e Encargos da Dívida, da Amortização da Dívida, da Dívida Pública Consolidada / Consolidada Líquida foram elaborados pela Subsecretaria do Tesouro da Secretaria de Estado da

- Fazenda, que seguem as programações para captação ajustadas com o Ministério da Fazenda, por intermédio do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF, sendo agregadas ainda novas operações de crédito;
- 2.) As receitas de transferência de capital tiveram origem basicamente nas transferências programadas pela TERRACAP e do Orçamento Geral da União, com recursos oriundos da venda de imóveis e projeções, sob a sua administração; e
 - 3.) As Receitas de Compensação Previdenciária (fonte 233) foram projetadas pelo Instituto de Previdência;

b) Hipóteses Macroeconômicas

Seguindo as orientações constantes do Manual de Demonstrativos Fiscais, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MFAZ, considerou-se os indexadores PIB Nacional e IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas distritais, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional.

Dessa forma, para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, foram considerados os seguintes parâmetros para atualização dos valores:

Índices	Parâmetros	Parâmetros	Parâmetros
PIB Nacional	1,08%	2,05%	2,45%
IPCA	5,63%	5,13%	10489

3.2 – Projeção das Despesas

A base para a projeção das despesas de pessoal do **Poder Executivo** levou em consideração a apuração da folha normal de pagamento projetada com base em março de 2015, onde adotou-se a variável CVA (Crescimento Vegetativo da Despesa de Pessoal Anual) de 3,0% ao ano, acrescida das previsões específicas para aumento de despesas de pessoal, relativamente a reajustes remuneratórios e nomeações decorrentes de concurso público. Somam-se a isso as despesas com terceirização, indenizações trabalhistas, requisições de servidores de outras esferas de governo, e sentenças judiciais, que, em face de suas características eventuais, estão fora da folha normal de salário, razão pela qual é feito levantamento a parte.

Por outro lado, as despesas do **Poder Legislativo** foram elaboradas conforme informações fornecidas por meio de Ofício da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, acrescidas de inativos e pensionistas, e projeções para despesas de exercício anteriores; sentenças judiciais, requisição de servidores de outras esferas de governo. Adotou-se a variável CVA (Crescimento Vegetativo da Despesa de Pessoal Anual) de 2,5% ao ano, além da proposta de acréscimos na despesa originária do Tribunal de Contas, relacionadas a gratificações, reposições inflacionárias.

Para definição dos valores de Pessoal e Encargos Sociais serem custeados com recursos do Distrito Federal, levou-se em conta o montante de toda a despesa, descontada dos valores a serem transferidos pela União para as áreas de educação e saúde, a título de assistência financeira.

No que tange às despesas relacionadas à operação de crédito, juros, encargos e amortização da dívida pública e concessão de empréstimos e financiamento levou-se em conta os dados fornecidos pela Subsecretaria do Tesouro da Secretaria de Estado de Fazenda.

4 – Metas Fiscais para 2016

4.1 Objetivos e Estratégias

O Distrito Federal tem pautado suas ações fiscais com o objetivo de atender as demandas sociais e de investimentos com vistas a satisfazer as necessidades da população, bem como viabilizar o cumprimento das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Neste contexto, é imperativo dar seqüência ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF, iniciado em 1999 por meio do cumprimento de metas e implementação de ações fiscais. Este programa, que é parte integrante do Contrato de Renegociação da Dívida do Distrito Federal com o Governo Federal, tem como eixo central dar sustentação fiscal e financeira, em bases sólidas e permanentes.

5 - PROJEÇÃO DAS RECEITAS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2016-2019

Apresentam-se a seguir as metodologias utilizadas para a previsão das receitas de origem tributária para os exercícios de 2016 a 2019. Cumpre ressaltar que o presente relatório foi elaborado de acordo com o preceituado na Decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal nº 2.579/2008, a qual reitera determinação no sentido de as estimativas serem demonstradas conforme a seguir:

- Valor da receita tributária bruta referente a fatos geradores do exercício;
- (-) Valor estimado da inadimplência para o exercício;
- (+) Valor estimado da arrecadação referente a exercícios anteriores, não inscritos em dívida ativa;
- (-) Valor estimado da renúncia de receita;
- (=) Receita tributária estimada

As receitas estimadas correspondem a valores líquidos de benefícios tributários, cuja previsão encontra-se no documento “Projeção da Renúncia de Origem Tributária para os Exercícios de 2016 a 2019 – em 28/04/2015”, elaborado pela Assessoria de Planejamento Fiscal/UEF/SEF.

As estimativas de receita para o quadriênio 2016-2019 foram elaboradas em valores correntes. Na deflação dos valores correntes para 2015, utilizou-se como deflator o IGP-DI médio. Nas estimativas de receita do ICMS e do ISS, levou-se em conta as variações para o PIB Brasil, enquanto para as estimativas dos demais tributos, foram consideradas as variações do INPC/IBGE para o período de 2015 a 2018. Os parâmetros básicos utilizados foram obtidos do Relatório Focus do Banco Central do Brasil em 10/04/2015.

Parâmetros	2015	2016	2017	2018	2019
PIB Nacional real, em %	-1,05	1,12	2,04	2,38	2,35
Deflator Implícito (IGP-DI), em %	6,89	5,44	5,16	5,03	4,82
INPC/IBGE	7,95	5,46	5,27	5,13	5,03

Fonte:www.bcb.gov.br (Relatório Focus), em 10/04/2015.

IGP-DI MÉDIO PARA DEFLAÇÃO DOS VALORES CORRENTES

2015	2016	2017	2018	2019
1,0000	0,9430	0,8957	0,8523	0,8123

Elaboração: Assessoria de Estudos Econômicos e Política Fiscal/UEF/ SEF.

A seguir, apresentam-se as metodologias utilizadas para a previsão das receitas em valores correntes.

PROJEÇÃO DAS RECEITAS EM VALORES CORRENTES

ICMS e ISS

Para séries históricas estimadas da arrecadação bruta, isto é incluindo inadimplência e renúncias, mas excluindo a receita de exercícios anteriores, foram utilizadas equações estimadas pelo método dos mínimos quadrados ordinários, onde as receitas trimestrais nominais do ICMS e do ISS são explicadas pelo nível de atividade econômica, medido pelo PIB trimestral nominal a preços de mercado.

A fim de estabelecer correlação da receita com a série histórica do número índice do PIB trimestral (base: 100=1º Trim/1995), foram construídas séries históricas dos números índices trimestrais, com mesma base, para as receitas brutas do ICMS e do ISS, levando em consideração que a arrecadação em determinado mês é influenciada pelos fatos geradores dos tributos ocorridos no mês anterior.

Assim, foram estimadas duas equações, uma para o ICMS e outra para o ISS conforme abaixo:

ICMS	ISS
$\log(Y_t) = \alpha + \beta \cdot \log(\text{PIB}_{t-1})$	$\log(Y_t) = \alpha + \beta \cdot \log(\text{PIB}_{t-1})$

Onde:

Y_t = número índice da arrecadação no tempo t, com t = 1, 2, 3, ..., 80 (4º tri/2014);

α e β são os parâmetros a serem estimados;

PIB_{t-1} = número índice do PIB trimestral a preços de mercado no tempo t.

ICMS	ISS
$\alpha = -0,681074$ (P value: 0,0000)	$\alpha = -0,670602$ (P value: 0,0000)
$\beta = 1,171949$ (P value: 0,0000)	$\beta = 1,198916$ (P value: 0,0000)
$R^2 = 0,983877$	$R^2 = 0,979428$

Com base na modelagem de alisamento exponencial tipo “Holt-Winters”, os números índices do PIB trimestral foram projetados até o quarto trimestre de 2019. A série ajustada do PIB, em números índices, foi substituída nas equações estimadas para o ICMS e o ISS de forma a projetar os números índices da arrecadação até o quarto trimestre de 2019. Para encontrar a arrecadação mês a mês, percorreu-se o caminho inverso, multiplicando os números índices estimados pelo valor da arrecadação no 1º Trim/1995 (base: 100,0) e, em seguida, pela participação percentual média dos meses nos respectivos trimestres, permitindo a apuração das arrecadações brutas dos dois tributos para o período 2015-2019.

Da receita bruta estimada, foram deduzidas as estimativas da inadimplência e da renúncia tributária e acrescidas às expectativas de arrecadação relativa a exercícios anteriores, resultando em previsões para a receita líquida. As previsões obtidas foram ajustadas pelo desvio médio da receita realizada face à prevista, observado para o primeiro trimestre de 2014.

Aos valores previstos, no caso do ICMS, foram acrescentadas as expectativas de liberação de recursos para financiamento nas modalidades do Incentivado/PRÓ-DF e do Financiamento Especial para o Desenvolvimento, enquanto no ISS foram somadas as estimativas para a retenção do imposto por órgãos públicos distritais via SIGGO.

ICMS

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2016	2017	2018	2019
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	9.253.919	10.022.671	10.885.738	11.797.174
(-) Inadimplência estimada	1.043.002	1.148.163	1.201.650	1.303.824
(+) Arrecadação estimada exercícios anteriores	960.717	1.055.497	1.103.921	1.197.316
(-) Renúncia estimada	1.591.904	1.588.134	1.670.419	1.755.200
(+) Incentivo creditício	135.643	142.908	150.330	157.960
(=) Receita líquida prevista	7.715.372	8.484.780	9.267.919	10.093.426

No tocante ao ICMS, faz-se necessário observar que, existe uma expectativa de implementação da Emenda Constitucional nº 87/2015, apontada no anexo da Análise de Risco da Previsão da Receita Tributária. O quadro abaixo apresenta esse potencial acréscimo de receita.

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2016	2017	2018	2019
Receita Líquida Prevista Original	7.715.372	8.484.780	9.267.919	10.093.426
Expectativa Receita EC 87/15	606.331	958.191	1.343.961	1.765.219
Receita Total Líquida Prevista	8.321.703	9.442.971	10.611.880	11.858.645

ISS

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2016	2017	2018	2019
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	1.543.702	1.675.142	1.822.997	1.979.444
(-) Inadimplência estimada	166.710	181.243	197.371	214.442
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	141.374	153.554	167.159	181.584
(-) Renúncia estimada	33.004	32.759	34.460	36.209
(+) Retenção tributária via SIGGO	132.421	143.060	150.816	158.894
(=) Receita líquida prevista	1.617.782	1.757.755	1.909.141	2.069.270

IPTU/TLP e IPVA

De posse de dados sobre o lançamento de ofício dos tributos em questão para 2015, e das expectativas do BACEN de INPC para 2016 a 2019, estimou-se a receita bruta de fatos geradores do exercício. Partindo-se do índice estimado de inadimplência, obtido com base em dados do período anterior, bem como das perspectivas para pagamentos de débitos de exercícios anteriores, estimativas de renúncia e do abatimento referente ao programa Nota Legal, apurou-se a receita estimada, conforme demonstrada a seguir.

IPTU

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2016	2017	2018	2019
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	1.036.102	1.091.598	1.148.291	1.206.571
(-) Desconto para pagamento em cota única	1.074	1.132	1.190	1.251
(-) Renúncia estimada	135.153	142.392	149.787	157.390
(-) Abatimento programa Nota Legal	17.967	18.930	19.913	20.923
(-) Inadimplência estimada	312.440	329.175	346.271	363.846
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	6.031	6.334	6.656	6.989
(=) Receita líquida prevista	575.499	606.304	637.785	670.151

TLP

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2016	2017	2018	2019
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	157.816	166.269	174.905	183.782
(-) Renúncia estimada	12.785	13.470	14.169	14.889
(-) Inadimplência estimada	21.028	22.155	23.305	24.488
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	2.562	2.693	2.831	2.974
(=) Receita líquida prevista	126.565	133.338	140.261	147.378

IPVA

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2016	2017	2018	2019
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	999.248	1.052.769	1.107.446	1.163.653
(-) Desconto para pagamento em cota única	14.789	15.581	16.390	17.222
(-) Renúncia estimada	29.833	31.431	33.063	34.741
(-) Abatimento programa Nota Legal	70.101	73.856	77.691	81.635
(-) Inadimplência estimada	107.815	113.590	119.489	125.554
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	26.264	27.670	29.107	30.584
(=) Receita líquida prevista	802.974	845.982	889.919	935.086

ITBI e ITCD

Após a construção da série histórica da receita bruta desses itens, incluindo inadimplência e renúncias, mas excluindo a receita de exercícios anteriores, foram estudados os movimentos de tendência e sazonalidade da série, desde janeiro/2005, estimando-se, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, equações de tendência linear, incorporando o componente sazonal médio de cada mês. Nesse sentido, produziram-se equações com a seguinte especificação: $Y_t = (\alpha + \beta \cdot t) \cdot S_t$, onde:

Y_t = arrecadação no tempo t, com t = 1 (jan/2005), 2, 3,..., 123 (mar/2015).

α e β são os parâmetros a serem estimados.

S_t = índice sazonal médio de cada mês.

ITBI				ITCD			
$\alpha = 3.694.659,734$ (P value: 5,36 E-10)				$\alpha = -447.062,620$ (P value: 0,07691)			
$\beta = 206.642,165$ (P value: 4,99 E-53)				$\beta = 66.052,929$ (P value: 8,95E-38)			
Sjan	0,8499	Sjul	1,0679	Sjan	0,8699	Sjul	0,8322
Sfev	0,9687	Sago	1,1077	Sfev	0,7558	Sago	1,7221
Smar	1,0168	Sset	0,9556	Smar	0,9085	Sset	1,0683
Sabr	0,9892	Sout	0,9687	Sabr	0,9049	Sout	1,2109
Smai	1,0262	Snov	0,9161	Smai	0,8436	Snov	1,0599
Sjun	1,0191	Sdez	1,1141	Sjun	0,7530	Sdez	1,0707

Uma vez estimados os parâmetros das equações, as receitas brutas foram projetadas para o período 2015 a 2019.

ITBI

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2016	2017	2018	2019
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	388.005	417.761	447.518	477.274
(-) Inadimplência estimada	342	360	379	398
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	1.822	1.912	2.008	2.108
(-) Renúncia estimada	6.821	7.187	7.560	7.944
(=) Receita líquida prevista	382.663	412.126	441.587	471.041

ITCD

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2016	2017	2018	2019
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	104.765	114.277	123.788	133.300
(-) Inadimplência estimada	1.967	2.072	2.179	2.290
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	2.522	2.017	1.866	1.820
(-) Renúncia estimada	21.101	22.231	23.386	24.573
(=) Receita líquida prevista	84.220	91.990	100.089	108.257

Multas e Juros dos Tributos e da Dívida Ativa

Uma vez que tais receitas representam a recuperação de créditos de exercícios anteriores, a construção da série histórica da receita bruta considerou apenas a renúncia. Assim, foram estudados os movimentos de tendência e sazonalidade da série, desde janeiro/2003, estimando-se, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, equações de tendência linear, incorporando o componente sazonal médio de cada mês. Nesse sentido, produziram-se equações com a seguinte especificação: $Y_t = (\alpha + \beta \cdot t) \cdot S_t$, onde:

Y_t = arrecadação no tempo t, com $t = 1$ (jan/2003), 2, 3,...,147 (mar/2015).

α e β são os parâmetros estimados.

S_t = índice sazonal médio de cada mês.

MJ TRIBUTOS				MJ DÍVIDA ATIVA			
$\alpha = 1.312.833,846$ (P value: 2,10E-06)				$\alpha = -460.666,668$ (P value: 0,05767)			
$\beta = 4.5623,662$ (P value: 2,11E-30)				$\beta = 55.799,969$ (P value: 5,37E-43)			
Sjan	0,8499	Sjul	1,0679	Sjan	0,8699	Sjul	0,8322
Sfev	0,9687	Sago	1,1077	Sfev	0,7558	Sago	1,7221
Smar	1,0168	Sset	0,9556	Smar	0,9085	Sset	1,0683
Sabr	0,9892	Sout	0,9687	Sabr	0,9049	Sout	1,2109
Smai	1,0262	Snov	0,9161	Smai	0,8436	Snov	1,0599
Sjun	1,0191	Sdez	1,1141	Sjun	0,7530	Sdez	1,0707

De posse dos parâmetros das equações estimadas, as receitas foram projetadas para o período 2015 a 2019 e, em seguida para esse período foram deduzidos os valores da renúncia estimada, conforme segue.

MULTAS E JUROS DOS TRIBUTOS

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2016	2017	2018	2019
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	91.785	98.354	104.924	111.494
(+) Expectativa de receita prog. de recuperação de crédito	607	447	16	12
(-) Renúncia estimada	11.633	5.050	2.858	1.817
(=) Receita estimada	80.758	93.752	102.082	109.689

MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2016	2017	2018	2019
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	87.111	95.146	103.181	111.217
(+) Expectativa de receita prog. de recuperação de crédito	6.643	3.941	2.045	1.565
(-) Renúncia estimada	14.584	4.964	2.003	707
(=) Receita estimada	79.170	94.124	103.224	112.075

DÍVIDA ATIVA

Foi estudado o movimento de tendência da série histórica do estoque mensal da dívida ativa, desde dezembro de 2006, estimando-se pelo método dos mínimos quadrados ordinários, além da relação média entre a receita da dívida ativa e o seu estoque, calculada a partir de janeiro de 2009.

A projeção da receita para os anos de 2015 a 2019 baseou-se na referida média aplicada sobre a estimativa da tendência do estoque para o respectivo ano.

Foi adicionada a expectativa de receita proveniente dos programas de recuperação de crédito.

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2016	2017	2018	2019
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	282.299	308.767	335.236	361.704
(+) Expectativa de receita prog. de recuperação de crédito	20.880	11.869	7.447	5.697
(=) Receita estimada	303.179	320.636	342.683	367.402

SIMPLES

Foram estudados os movimentos de tendência e sazonalidade da série, desde janeiro de 2007, estimando-se, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, uma equação linear, incorporando o componente sazonal médio de cada mês. Nesse sentido, produziu-se uma equação com a seguinte especificação: $Y_t = (\alpha + \beta \cdot t) \cdot S_t$, onde:

Y_t = arrecadação no tempo t, com t = 1 (jan/2007), 2, 3, ..., 99 (mar/2015).

α e β são os parâmetros estimados.

S_t = índice sazonal médio de cada mês.

SIMPLES

$\alpha = 4.827.831,524$ (P value: 4,75E-17)			
$\beta = 240.411,525$ (P value: 5,98E-50)			
Sjan	0,8499	Sjul	1,0679
Sfev	0,9687	Sago	1,1077
Smar	1,0168	Sset	0,9556
Sabr	0,9892	Sout	0,9687
Smai	1,0262	Snov	0,9161
Sjun	1,0191	Sdez	1,1141

IRRF

As previsões para o Imposto de Renda Retido na Fonte para os anos de 2015 a 2019 foram fornecidas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

OUTRAS TAXAS

A **ADASA** – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF foi a fonte para os valores de previsão de 2015 a 2019 da Taxa de Fiscalização sobre os Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – TFS e da Taxa de Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos – TFU.

A **AGEFIS** - Agência de Fiscalização do Distrito Federal foi a fonte para os valores previstos de 2015 a 2019 das Taxas de Funcionamento de Estabelecimento – TFE e de Execução de Obras – TEO.

OUTRAS RECEITAS

A atualização monetária pelo INPC médio, previsto para 2015 a 2019 foi aplicada sobre as receitas dos Fundos de Participação dos Estados e DF (FPE) e dos Municípios (FPM), dos Encargos da Dívida Ajuizada, da Taxa de Expediente, das Contribuições para PINAT e da Bolsa Universitária.

RESULTADOS

Com base nas metodologias acima descritas, os resultados encontram-se expostos nos seguintes demonstrativos anexos:

- A) ANEXO I – RELATÓRIO DE RECEITA PREVISTA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2016 A 2019 VALORES CORRENTES EM R\$;
- B) ANEXO II – RELATÓRIO DA RECEITA PREVISTA DE MULTAS E JUROS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2016 A 2019 VALORES CORRENTES EM R\$;
- C) ANEXO III – RELATÓRIO DA RECEITA PREVISTA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2016 A 2019 VALORES CONSTANTES EM R\$;
- D) ANEXO IV – RELATÓRIO DE RECEITA PREVISTA DE MULTAS E JUROS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2016 A 2019 VALORES CONSTANTES EM R\$;
- E) ANEXO V – EXPANSÃO REAL PREVISTA PARA A RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2016 A 2019 VALORES CONSTANTES EM R\$;

F) ANEXO VI – RELATÓRIO DA RECEITA REALIZADA E PREVISTA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2012-2019 VALORES CORRENTES EM R\$.

5.2 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS ADMINISTRADAS PELA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – AGEFIS

METODOLOGIA

O presente estudo tem como objetivo incorporar, na previsão das receitas de origem tributária as taxas de Competência da Agência de Fiscalização do Distrito Federal cobradas pelo exercício do Poder de Polícia, instituídas pela Lei nº 783, de 30 de outubro de 2008, e sua expectativa de arrecadação proveniente de ações passíveis de implementação no âmbito dessa Agência para subsidiar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2016. O documento apresenta as estimativas da receita tributária, bem como das renúncias de receitas para os exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019, utilizando-se a seguinte metodologia:

1. Para os itens com registro de fruição no exercício de 2014, a projeção da renúncia de receita para 2016 a 2019 consistiu na atualização monetária dos valores realizados em 2014.
2. A atualização monetária referida no item anterior se deu pela aplicação de índices médios estimados, construídos com base na expectativa do mercado financeiro para a variação do INPC/IBGE para os exercícios de 2016 a 2019.
3. Considerando que a estimativa do Indicador Econômico - INPC projetada para o exercício 2015 é de 8,13%, para o exercício 2016 é de 5,47%, para o exercício 2017 é de 5,27%, para o exercício 2018 é de 5,13% e para o exercício 2019 é de 5,03%, conforme dados extraídos dos relatórios do Banco Central do Brasil em abril/2015 (Conforme Relatório Focus do dia 17/04/2015, disponível em <https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico>)
4. Diante do exposto, segue o demonstrativo atualizado que estabelece a projeção das receitas de competência da AGEFIS para o período de **2016, 2017, 2018 e 2019**.

PROJEÇÃO DAS RECEITAS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2016-2019

Os parâmetros e a metodologia seguem a seguinte sistemática:

- Valor da receita tributária bruta referente a fatos geradores do exercício;
- (-) Valor estimado da inadimplência para o exercício;
- (+) Valor estimado da arrecadação referente a exercícios anteriores, não inscritos em dívida ativa;
- (-) Valor estimado da renúncia de receita;
- (=) Receita tributária estimada.

As receitas estimadas correspondem a valores líquidos de benefícios tributários considerados renúncia de acordo com o § 1º do art. 14 da LRF.

TFE – Taxa de Fiscalização de Estabelecimento

De posse do lançamento de ofício da TFE para o exercício 2015, e das expectativas do mercado financeiro para o INPC/IBGE para 2016 a 2019, tendo como parâmetro o número de empresas que fecham e abrem durante o ano, estimou-se a receita bruta de fatos geradores do exercício. Partindo-se do índice estimado de inadimplência, obtido com base em dados do período anterior, bem como de pagamentos de débitos de exercícios anteriores e da estimativa de renúncia, apurou-se a arrecadação estimada conforme demonstrada abaixo.

Por fim, existe a expectativa de incremento de receita devido à implantação de nova metodologia de fiscalização das equipes móveis volantes, conforme o anteprojeto da SUPLAN/ESPRO.

TFE

Valores Correntes em R\$ 1

Item	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	8.480.323,94	9.169.774,28	9.671.360,93	10.181.041,65	10.703.329,09	11.241.706,54
(+) Ações de equipes volantes	213.954,00	231.348,46	244.003,22	256.862,19	270.039,22	283.622,19
(+) Vistorias em estabelecimentos discriminados como Área Zero	172.365,00	186.378,27	196.573,17	206.932,57	217.548,21	228.490,89
(+) Fiscalização de rotina	413.375,00	446.982,39	471.432,32	496.276,81	521.735,81	547.979,12
(+) Novos estabelecimentos comerciais	694.320,00	750.768,22	791.835,24	833.564,95	876.326,84	920.406,08
(-) Estabelecimentos comerciais que encerram as atividades	748.352,31	809.193,35	853.456,23	898.433,37	944.523,00	992.032,51
(-) Renúncia estimada	1.476.500,00	1.596.539,45	1.683.870,16	1.772.610,12	1.863.545,01	1.957.281,33
(-) Inadimplência estimada	965.352,00	1.043.835,12	1.100.932,90	1.158.952,06	1.218.406,30	1.279.692,14
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	423.561,00	457.996,51	483.048,92	508.505,60	534.591,93	561.481,91
(=) Receita estimada	7.207.694,63	7.793.680,20	8.219.994,51	8.653.188,22	9.097.096,78	9.554.680,74

TEO – Taxa de Fiscalização de Obras

De posse do lançamento de ofício da TEO para 2015, e das expectativas do mercado financeiro para o INPC/IBGE para 2016 a 2019, estimou-se a receita bruta de fatos geradores do exercício. Partindo-se do índice estimado de inadimplência, obtido com base em dados do período anterior, bem como de pagamentos de débitos de exercícios anteriores e da estimativa de renúncia, apurou-se a arrecadação estimada conforme demonstrada abaixo.

Por fim, existe a expectativa de incremento de receita devido à implantação de nova metodologia de fiscalização das equipes móveis volantes conforme o anteprojeto da SUPLAN/ESPRO.

TEO

Valores Correntes em R\$ 1

Item	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	7.944.435,21	8.590.317,79	9.060.208,18	9.537.681,15	10.026.964,19	10.531.320,49
(+) Ações de equipes volantes	257.950,00	278.921,34	294.178,33	309.681,53	325.568,19	341.944,27
(+) Vistorias em Obras	168.900,00	182.631,57	192.621,52	202.772,67	213.174,91	223.897,61
(+) Fiscalização de rotina	389.654,00	421.332,87	444.379,78	467.798,59	491.796,66	516.534,03
(+) Novas ocorrências de obras	1.064.986,00	1.151.569,36	1.214.560,21	1.278.567,53	1.344.158,04	1.411.769,19
(-) Obras que obtêm o Certificado de Conclusão	912.354,00	986.528,38	1.040.491,48	1.095.325,38	1.151.515,58	1.209.436,81
(-) Renúncia estimada	855.350,00	924.889,96	975.481,44	1.026.889,31	1.079.568,73	1.133.871,04
(-) Inadimplência estimada	1.457.800,00	1.576.319,14	1.662.543,80	1.750.159,86	1.839.943,06	1.932.492,19
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	77.895,00	84.227,86	88.835,13	93.516,74	98.314,15	103.259,35
(=) Receita estimada	6.678.316,21	7.221.263,32	7.616.266,42	8.017.643,66	8.428.948,78	8.852.924,91

As receitas estimadas correspondem a valores líquidos de benefícios tributários considerados renúncia de acordo com o § 1º do art. 14 da LRF.

RESULTADOS

Com base nas metodologias acima descritas, os resultados encontram-se expostos a seguir:

Item	2014	2015	2016	2017	2018	2019
TFE	7.207.694,63	7.793.680,20	8.219.994,51	8.653.188,22	9.097.096,78	9.554.680,74
TEO	6.678.316,21	7.221.263,32	7.616.266,42	8.017.643,66	8.428.948,78	8.852.924,91
TOTAL	13.886.010,84	15.014.943,52	15.836.260,93	16.670.831,88	17.526.045,56	18.407.605,65